

ANOTAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES PELA EDUCAÇÃO 1890 A 1920

Maristela Gomes de Oliveira¹

Resumo – Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições dos trabalhadores para a educação na Bahia e no Brasil, no período do pós-abolição e da proclamação da República, identificando as ações desenvolvidas pelas suas entidades representativas, a exemplo das ligas e centros operários, partidos políticos que atuaram no espaço vazio deixado pelo Estado, principalmente, pela ausência de uma proposta educacional voltada para a população adulta. A atuação das organizações estudadas para além da instrução buscava promover uma educação voltada para a emancipação política, com destaque para a corrente anarquista que tinha definida a uma proposta de educação desvinculada da Igreja e do Estado.

Palavras chaves – Movimento dos trabalhadores, educação.

INTRODUÇÃO

O contexto baiano a partir do pós-abolição e da República revela grandes dificuldades enfrentadas pelas camadas populares, para a sobrevivência, ameaçadas pelo desemprego, pela carestia dos gêneros de primeira necessidade, pelo controle dos espaços de movimentação como as ruas da cidade, principalmente dos trabalhadores libertos e dos saídos do regime escravocrata, cerceados inclusive do exercício da plena cidadania, devido à falta de acesso aos mínimos direitos sociais e a educação.

Na Bahia trabalhadores conviviam com um imaginário de justiça social e igualdade preconizada pela República, que na prática não se efetivava. Ao longo desse regime, verificou-se o surgimento de várias organizações representativas de segmentos dos trabalhadores, ligadas as artes e ofícios, a construção civil e as indústrias têxteis, tendo como objetivo a integração desses segmentos ao novo momento que o país

¹ Assistente Social
Mestra em Educação e Contemporaneidade
Universidade Estadual da Bahia

vivenciava, notadamente, no que dizia respeito ao mercado de trabalho, na medida em que avançava o processo de industrialização e a diversificação da mão de obra.

As demandas que foram surgindo a partir do crescimento populacional, da urbanização das cidades, da substituição da mão de obra escravizada por trabalhadores livres estavam vinculadas a diversas necessidades, dentre as quais o acesso a instrução e qualificação profissional, tomando por base a proposta de educação baseada em princípio liberal.

Os governos que foram se sucedendo na primeira República não conseguiram ou não priorizaram a oferta de educação principalmente, para os trabalhadores adultos, embora a constituição de 1891 mantivesse a atribuição da organização de sistemas educacionais aos estados e municípios, destacamos aí, a criação de escolas, cabendo a união, legislar sobre a organização do ensino municipal do Distrito Federal e sobre o ensino superior. No ano de 1890, o índice de analfabetismo no Brasil estava em torno de 83% segundo Menezes (1997) e Nunes (2001)

A preocupação em formar mão de obra para o mercado de trabalho, segundo Menezes e Santos Filho (2008) tem início com a chegada da corte portuguesa pela necessidade de formar trabalhadores artífices. Comentam que na época, era difícil conseguir mão de obra livre e, preparada para assumir as demandas do exército português na produção metalúrgica. Essa carência leva em 1810, a criação na corte de uma companhia militar de soldados artífices, anexa ao Regimento de Artilharia para formar 60 ferreiros e serralheiros.

Para esses autores a educação voltada para os trabalhadores, revela

que a iniciativa do Estado para a formação voltada para o trabalho se apoiou em quatro vertentes, a primeira vertente, a via militar. A segunda, a utilização de mão de obra para a reforma e desenvolvimento dos estaleiros em 1811, visando formar projetistas e desenhistas para a arquitetura naval. A terceira consistiu no reordenamento de orfanatos, como o Colégio dos Órfãos de São Joaquim, a quarta e última via de formação de artífices se dá pelo desenvolvimento das artes que na sua trajetória, dá origem a Escola de Belas Artes, criada em 1820 (MENEZES e SANTOS FILHO, 2006, p.3).

Essa contradição entre a necessidade de formação de mão de obra livre - que estava sendo apontado pela realidade - e o que efetivamente era concretizado via governamental ou através de entidades assistenciais de cunho religioso, não contemplava as expectativas dos trabalhadores, criadas a partir do novo momento

resultante da liberdade da mão de obra e da mudança de regime governamental. As iniciativas de formação e educação tomadas antes da Abolição voltavam-se muito mais, para o público constituído pela população jovem do que para o trabalhador (a) adulto (a).

A República recebeu como herança um razoável fervor ideológico, onde as idéias de democracia, federação e educação apareceram como soluções indispensáveis no sentido de acompanhar a modernização do país, os trabalhadores urbanos e os colonos começaram a ver na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances de ingresso numa das carreiras burocráticas que a modernização da sociedade oferecia. (GHIRALDELLI, 1987, p.15)

Nesse contexto os trabalhadores organizados em associações de classes e partidos políticos, procuraram também, uma via alternativa para a educação que concebiam como a mais adequada aos seus anseios.

A educação na Bahia e no Brasil era (e ainda é) percebida como via de resolução de todas as questões sociais provenientes das desigualdades, originadas no modelo econômico que produziu/produz as mais variadas exclusões e, na época estudada, as exclusões provenientes do lugar social ocupado pela população recém-saída do período escravocrata. Portanto, o desemprego, a mendicância, a “ociosidade considerada como vadiagem”, levavam a sociedade da época a perceber essa população como “perigosa” pelas condições insalubres em termos de habitação, de saneamento, higienização, ocorrência de moléstias e doenças e, sobretudo, o analfabetismo, que impossibilitava a participação do contingente populacional maior de idade, na construção do novo regime inclusive, pela falta de acesso ao voto.

Como a educação oficial, disponível no final do século XIX, ainda estava baseada nos princípios católicos e no seu caráter evangelizador, o Estado, a Igreja e as elites dominantes entendiam que deveriam ser adotados, dois modelos de educação: educação primária e secundária, voltada para os filhos da elite e, o ensino técnico-profissional para a prática do trabalho. Este destinado aos filhos das camadas populares.

O acesso dos trabalhadores adultos libertos e mesmo os trabalhadores livres à educação, foi sendo ampliado na medida em que diversas categorias profissionais desde o Império criaram formas de organizações a princípio, as caracterizadas como associações beneficentes, as mutualistas, avançando para as associações de caráter

reivindicatório por melhores condições de trabalho, salário e instrução, como via de assegurar o mercado de trabalho para os seus associados como também, o exercício da cidadania.

As reivindicações e projetos do movimento operário pela educação foram efetivados em ações desenvolvidas pelos próprios trabalhadores no sentido de promoverem a sua auto-instrução e a de seus filhos mesmo pagando escolas particulares, criando escolas primárias, Centros de Estudos, Bibliotecas e Universidades Populares, Escolas Modernas nas diversas regiões do país (SOUZA, 1992, p.68).

Na ausência de uma política de massa, voltada para a educação. Os trabalhadores socialistas atuaram na organização do segmento para enfrentar os problemas advindos do processo inicial de implantação do capitalismo, tendo como bandeira a proibição do trabalho para os menores de 14 anos, a diminuição da jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho da mulher, defendendo ainda, a criação de escolas, para o acesso dos trabalhadores adultos e dos seus filhos, a uma educação gratuita e laica. Nestas bandeiras de luta, percebe-se que existia uma consonância em relação às intenções do Estado sobre a laicidade e gratuidade da escola, diferindo no que dizia respeito à oferta de educação para a população adulta.

Os programas dos partidos socialistas, e os congressos operários realizados nos primeiros anos da República, demonstravam a preocupação com a atuação política dos trabalhadores vinculada ao acesso a instrução, como um objetivo a ser perseguido para que pudessem participar da construção do Estado brasileiro, intervindo politicamente nas eleições.

O movimento e as lutas das classes operárias na primeira República ocorreram basicamente em todo o país e, nos vários programas e estatutos das organizações, a educação era uma meta a ser conquistada. Formas organizativas como ligas, Centros, Corporações de Ajuda Mútua, Caixas Beneficentes, Bolsas de Trabalho, Sociedades de Resistências e Sindicatos, eram organizações operárias ligadas ao ideário anarquista conforme Carone (1973),

Em Salvador, no ano de 1876 registra-se a criação da Liga Operária Bahiana, por Manuel Querino, apoiado em princípios liberais.²

² **Manuel Querino.** Entre Letras e Lutas: 1851 – 1923. São Paulo: Annablume, 2009

Cronologia do Movimento dos Trabalhadores Pela Educação

. Na Bahia, em 1890, é criado o Partido Operário Bahiano em articulação com o Partido Operário do Rio de Janeiro. Esses partidos surgem com propósitos de para além das lutas reivindicatórias de cunho trabalhistas, promoverem a educação para as classes que representavam, através da criação de escolas para os trabalhadores adultos e para as crianças. Propósito perseguido, mesmo após as divergências internas que levou a divisão do partido em dois grupos, dando espaço para o surgimento da União Operária Bahiana.

O Centro Operário Radical em 1892 prevê, no seu programa, artigo 7º, a Reforma do Ensino, Instrução Primária Obrigatória, Doutrinação nas escolas da moral utilitária e fraternal e ainda, no Rio de Janeiro em 1890 é realizado o 1º Congresso Socialista Brasileiro presidido pelo mulato Luiz França e Silva e que posteriormente, dá origem ao primeiro Partido Socialista Brasileiro, de 1892 (Carone 1973)

O Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul, criado em 1897, segundo Carone (1973), contempla no seu texto, alguns dispositivos que nos chamam atenção pelo avanço das suas proposições para a época, como o fornecimento da merenda escolar para os alunos e a defesa do direito ao voto para as mulheres - conquista essa só efetivada no ano de 1932.

As principais reivindicações dos socialistas gaúchos eram, portanto: 1. A ampliação do sistema eleitoral; 2. O reconhecimento do direito de voto e elegibilidade á mulher; 3. A adoção de severas medidas contra a fraude à vontade popular nas eleições; 4. A implantação da instrução geral e profissional, ambas gratuitas, bem como todos os utensílios necessários ao estudo, vestuário e alimentação, a expensas do Estado, para os filhos das classes pobres. Só no ano de 1902 que o segundo partido socialista é criado em São Paulo, aglutinando trabalhadores de várias tendências, inclusive as marxistas (Carone 1973)

. O programa mínimo do Partido Socialista Brasileiro criado em 1902 incluía temas referentes à abolição do trabalho para menores de 14 anos, carga horária de 8 horas para o trabalhador adulto e de 6 horas para os menores de 14 a 18 anos. Dentre os seus vinte e oito itens, destacamos aqui os de números três e nove. O item três propõe: “O trabalho permanente de qualificação eleitoral, e de demais reformas que facilitem a ação eleitoral e que o dia da eleição seja marcado para dia de domingo”. Já o item nove, “reivindica a instrução laica e obrigatória para todos os menores até 14 anos, ficando a cargo do Estado ou das municipalidades, os casos em que seja necessária a manutenção dos educandos” (Carone,1973,pags. 231 e.232). E que o governo providencie a criação de escolas rurais e profissionais para todos os operários, e de escolas noturnas para os adultos.

O primeiro Congresso Operário Brasileiro que aconteceu no Rio de Janeiro no ano de 1906, aprovou propostas que diziam respeito à diminuição da carga horária de trabalho, para que o operário possa descansar, ter facilidade para o estudo, a educação associativa, a emancipação intelectual e o combate ao alcoolismo, fruto do excesso de trabalho embrutecedor e exaustivo. O primeiro congresso orienta ainda, a fundação de bibliotecas, a fundação de instituições de ensino e de atividade sindical.

Nesse evento, as posições ideológicas do anarco-sindicalismo deram a tônica para a maioria das teses discutidas, rechaçando inclusive qualquer projeto de participação eleitoral, que possivelmente foi encaminhada pela ala socialista. O congresso aprovou também, a criação da COB – Confederação Operária Brasileira – e tanto Carone (1973) como Ghiraldelli (1987) consideram que esta pode ter sido inspirada na CGT francesa.

As proposições para promover a educação dos trabalhadores passam por discussões dentro de congressos e encontros das categorias e são introduzidas em estatutos e regimentos de cada organização, seja as de orientação socialistas, anarco-sindicalistas ou anarquistas.

O Centro Socialista Paulistano de 1908 se posiciona para a criação de escolas primárias e agrícolas, como instituições de defesa dos colonos. O Partido Comunista do Brasil com atuação no país a partir dos anos vinte, dentre os seus princípios, apresenta quatro pontos que se refere à educação:

Princípio 28 - a educação deve obedecer a seguinte ordenação psicológica: até os sete anos em geral a criança educa as percepções; dos sete anos aos quatorze aprende as noções; dos quatorze aos vinte e um desenvolve o raciocínio. Deve haver, três graus: elementar, primário e secundário.

Princípio 29 – A educação profissional (energia de habilitação) acompanhava gradativamente, a educação mental.

Princípio 30 – O ensino deve ser integral até os vinte e um anos e garantido a todos. E garantido também para os indivíduos que revelarem vocações especiais em curso superior (medicina, engenharia, pedagogia, ciência, etc.);

Princípio 36 – Sendo o sufrágio universal um processo de usurpação política da democracia declaramo-lo prejudicial á renovação humana, repelindo qualquer plano revolucionário baseado nele;

Princípio 37 – Toda mulher deve ter o curso completo de pedagogia, destine-se ou não a ser professora. (CARONE, 1973, p. 255 e 256)

Várias foram às organizações criadas nos diversos Estados e regiões do país, influenciadas pelo pensamento socialista e que tinham a educação como uma bandeira de luta. Eram unânimes em defender o ensino público, obrigatório e laico, entretanto, a maneira como esse ensino deveria chegar aos trabalhadores e seus filhos, apresentavam proposições e encaminhamentos diferenciados.

A predominância das correntes socialistas, no meio do operariado urbano, nos anos iniciais da República é analisada por Ghiraldelli (1985), como decorrente de serem seus líderes, basicamente, brasileiros natos, homens educados nas lutas sociais pela abolição da escravatura e pela proclamação do regime republicano. As correntes anarquistas e a sua inserção no seio do movimento operário ocorre a partir do congresso de 1906 e, para Vianna (2008), consolida-se entre essa data e o congresso de 1913.

Mesmo com as limitações no acesso a uma escola pública, desde o Império que um contingente de trabalhadores negros, educados, se projetou na história do país como foi o caso de José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama e na Bahia, Teodoro Sampaio, Juliano Moreira, Manoel Querino lutavam pelo acesso das camadas populares a educação (MENEZES, 2008).

Outros negros escolarizados tiveram participação na política baiana, como o farmacêutico Lélis Piedade, o construtor civil Domingos Silva e o alfaiate Ismael Ribeiro da Silva lideranças operárias e com atuação no movimento abolicionista. Estes, além da militância nos organismos de classe, criando o Centro Operário da Bahia, cuja ação educativa foi consolidada e as suas escolas com existência até o ano de 1996, também ocuparam cargos eletivos, como conselheiros municipais participando de modo efetivo da política partidária de Salvador.

Atendendo a demanda do movimento dos trabalhadores pela escolarização, ainda no Império foi criado em 1872, o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, outra instituição similar foi fundada também, em Petrópolis no Rio de Janeiro, para atender as reivindicações das classes dentro do modelo de sociedade que estava por vir.

A criação de Liceus para o desenvolvimento das artes e ofícios foi uma proposta do Império, baseada em idéias positivistas e liberais, e encontrou adesão entre as categorias dos trabalhadores e as elites dominantes, por se tratar de uma iniciativa que visava preparar mão de obra qualificada, para atuar numa conjuntura de urbanização, vinculada á liberação progressiva da força de trabalho escravo Maria das Graças Leal (1995).

Ao vivenciarem as transformações nas relações sociais de produção ocorridas na passagem do Império para a República, os trabalhadores definiam a sua pauta de lutas a depender da corrente política que influenciava cada vez mais as organizações criadas: se socialistas, anarquista, anarco-sindicalistas ou marxistas a luta, para assegurar a educação para a categoria iria tomar concepções diferenciadas. A partir daí, definiam também as suas estratégias. O apoio político a um ou outro candidato, que se comprometesse com os pleitos, ainda que mínimos, da categoria. As correntes socialistas orientavam a criação nos sindicatos, nos centros e nas ligas operárias, de escolas para os trabalhadores e seus filhos, com ensino laico e gratuito a ser assumido pelo estado. A educação passaria por uma formação técnico-profissional. Correntes anarquistas organizavam suas universidades populares, centros de cultura, assumidos com os recursos da própria categoria.

A proposta da Escola Moderna, defendia o princípio da co-educação das classes sociais, se posicionava de modo desfavorável a escola gratuita mantida pelo Estado voltada para crianças pobres, e das escolas para as crianças ricas, pois considerava que a escola para pobres, só fortalece a submissão e o comportamento de rebeldia, como as escolas antigas. Enquanto que a escola para ricos, só reforça o lugar de privilégio, do aproveitamento e das vantagens (Ferrez y Guardia, 2010).

A proposta de coeducação com alunos de todas as classes sociais reunidos em uma classe única adotava um sistema de retribuição de acordo com a situação dos pais ou responsáveis, não tendo um tipo único de matrícula, mas praticando uma espécie de nivelamento que vai desde a gratuidade, as mensalidades mínimas, as mensalidades medianas e as máximas.

De acordo com Ferrer Y Guardía (2010, p.15), “A proposta da escola moderna é uma educação de pobres e ricos a partir do contato e da relação de um com o outro, por meio de uma sistemática igualdade da escola racional”. As correntes anarquistas posicionavam-se ainda pelo ensino separado da Igreja e do Estado, por defender uma educação racional e emancipadora.

A escola existente doma, domestica a criança seguindo as leis e dogmas sociais. A escola adapta o indivíduo a sociedade. A escola racional quer homens capazes de evoluir constantemente, capazes de renovar os meios e a si mesmo, de se contrapor, homens cuja independência intelectual seja força suprema disposta sempre a aceitar o melhor, desejoso de fazer triunfar novas idéias e aspirem múltiplas vidas em uma só. (FERRER y GUARDÍA, 2010, p.28

Já os comunistas, embora tenham se posicionado pela educação para os trabalhadores, sua prática contemplava a educação partidária. Não havia, assim, consenso entre as diversas correntes dos trabalhadores sobre um modelo de educação. A temática da educação e emancipação dos trabalhadores foi recorrente nos discursos e posicionamentos das lideranças dos trabalhadores, quer seja nos congressos das categorias, nos partidos políticos ou mesmo nos estatutos das suas organizações representativas e cada um, dentro de seus princípios, adotavam procedimentos diferenciados, para promover a educação dos trabalhadores e seus filhos.

. Para aqueles que se declaravam socialistas marxistas, a luta pela emancipação dos trabalhadores se daria na medida em que as classes sociais fossem suprimidas e os trabalhadores ocupassem o lugar de protagonistas do processo de produção. Quanto aos libertários, a emancipação se daria a partir da transformação social que levaria a autogestão dos indivíduos.

Percebe-se, a partir desses conceitos, a complexidade para construção de processos emancipatórios que, por sua vez, pressupõem a autonomia dos sujeitos. Autonomia que deve ser desenvolvida nos diversos espaços de formação e identidade, ultrapassando os limites educacionais difundidos pela escola e ao mesmo tempo, utilizando energias articuladas numa mesma direção.

1.1 OS LIBERTÁRIOS E A EDUCAÇÃO

O Congresso Operário de 1906 no Rio de Janeiro foi o marco para que as correntes anarquistas começassem a exercer influências no movimento dos trabalhadores. Essa concepção política esteve fortemente identificada com os primeiros imigrantes europeus a quem se deve a introdução do “internacionalismo proletário” no Brasil. Por internacionalismo proletário entende - se as ações desenvolvidas pelos libertários que no início da República estiveram muito mais, preocupados em articular os pensamentos teóricos que pretendiam unificar a luta dos trabalhadores em todo o mundo, do que voltar sua atenção aos problemas específicos do país (GHIRALDELLI, 1987).

Posteriormente, perceberam a necessidade de articular os princípios teóricos, com as ações práticas e, assim como os socialistas, os libertários passaram a se defrontar com as dificuldades existentes no país, principalmente as dificuldades relativas ao analfabetismo da população. Esse problema era identificado como um obstáculo ao avanço das idéias anarquistas. A imprensa operária anarco sindicalista registrava preocupação com este cenário, haja vista, reconhecer o distanciamento de formação política estabelecida entre as lideranças e a base do movimento. A bandeira da instrução passou a ser uma meta do movimento operário libertário, que ao contrário das idéias iluministas que viam na educação, a resolução para os problemas sociais, os libertários passaram a lutar pela educação, como forma de romper com o regime político econômico vigente no país.

A luta dos trabalhadores anarquistas passava pela construção de uma sociedade independente do Estado e da Igreja, considerados aliados na submissão e exploração das camadas populares, sendo necessária uma educação livre de crenças e das idéias positivistas de inserção no modelo societário estabelecido.

A postura era de crítica à educação promovida pelo estado e, posicionavam-se radicalmente contra, o ensino religioso da igreja católica. Para os libertários a educação dos trabalhadores deveria ser ministrada independente dessas duas instituições. A educação preconizada pelos libertários era o ensino racional e científico. Essa postura política dos libertários em alguns momentos apresentou-se contraditória, pois, ao mesmo tempo em que combatiam a escola pública e o ensino religioso, por não ser a educação que interessaria aos trabalhadores, considerando que ambas estavam

impregnadas de ideologia das classes dominantes e, fundamentadas em crenças e em valores místicos, responsabilizava o estado pela omissão com que tratava a educação para as camadas populares.

Inicialmente a postura do movimento anarquista no Brasil consistiu principalmente, em combater o ensino ministrado pelo estado, sem oferecer alguma ação concreta que colocasse em prática, as idéias libertárias em termos de educação.

Aqui no Brasil foram as mulheres anarquistas que tiveram um papel fundamental ao denunciar o caráter ideológico da educação burguesa. Reunidas no Grupo Emancipação Feminista, começaram a analisar o trabalho do professor enquanto mero transmissor de conhecimentos de interesse das classes dominantes.

Com isso, tentavam influenciar as mães das camadas populares a não matricularem seus filhos nas escolas mantidas pelo estado, por não serem consideradas as mais adequadas para a educação das crianças. As mães que seguiam essa orientação, logo depois começaram a questionar essa posição, pois os anarquistas não ofereciam alternativa de escolas que pudessem matricular seus filhos.

Os princípios da educação libertária estiveram fundamentados no ensino científico e racional, sem separação dos alunos por sexos ou por classe social, não admitindo também os exames e as classificações, nem os prêmios e castigos. Essa concepção pedagógica estava baseada nas proposições de Francisco Ferrer y Guardía, de origem espanhola que após exílio na França por problemas políticos, fundou em 1908 a Liga Internacional para a Educação Racionalista da Criança, apoiado por intelectuais que queriam desenvolver obras educacionais, sem interferência religiosa e, seguindo as idéias de Pestalozzi e as realizações de Robin e Elisée Reclus.

Os libertários do século XX inspirados por Ferrer y Guardía se colocavam fortemente contra o tipo de aprendizagem voltada para o trabalho, cujo único objetivo era formar mão de obra.

A proposta de educação das escolas racionalistas apontava para um ensino integral, com aulas mistas onde meninos e meninas, pudessem conviver respeitando-se mutuamente. As atividades seriam desenvolvidas dentro e fora do espaço da escola, onde os alunos poderiam ter aulas ao ar livre para que entrassem em contato com a natureza e o cotidiano das cidades. No convívio com a realidade cotidiana, aprenderia geografia, ciências biológicas e outras. Não deveria ter nem prêmio nem castigos, nem

levar os alunos aos constrangimentos de serem submetidos a exames para avançar de ano no estudo.

Aqui no Brasil, alguns estados começaram a criar escolas com base no ensino racionalista. Em Campinas, a Escola Social do militante libertário Adelino Pinho, a Escola de Água Branca dos operários vidreiros no Rio de Janeiro, a Escola Popular no Pará, no início dos anos de 1920 a Escola Moderna do operário João Plácido, as Escolas Modernas de São Paulo dos dirigentes anarquistas João Penteadó e Adelino Pinho, que sobrevivem entre repressões políticas, greves e desemprego dos operários, contando com a contribuição financeira composta pelas mensalidades dos alunos, listas de subscrição assinada por trabalhadores e simpatizantes, outras modalidades de captação de recursos, como a promoção de recitais de poesias, bailes e festividades abertos ao público.

A Escola Moderna de João Penteadó, de acordo com Moraes (2010, p.7), divulga no Jornal *A Plebe*, de 1917 que a instituição pretendia proporcionar:

Ensino teórico e prático, segundo os métodos da pedagogia moderna, com os quais se ministra aos alunos uma instrução que os habilita para o início das atividades intelectuais e profissionais, assim como uma educação moral baseada no racionalismo científico.

Constando do programa as seguintes disciplinas: português, aritmética, geografia, história, desenho, caligrafia e práticos. Dentre as atividades realizadas, a criação do jornal, O Início, elaborado pelos alunos onde faziam circular as notícias sobre o funcionamento da escola, as prestações de contas e as atividades pedagógicas desenvolvidas. Devido a problemas financeiros, o jornal teve interrompida sua publicação.

Informa o autor citado acima, que a única notícia sobre o funcionamento das aulas preparatórias para artífices e aulas de música, ocorreu na edição do jornal Início n.3 de 19/08/1916 reportando-se a uma prática que vinha ocorrendo desde anos anteriores. Nos anos seguintes 1918 e 1919, o Boletim da Escola Moderna faz menção a oferta de aulas especiais, no turno noturno para os cursos de datilografia, português e aritmética.

Em 1919, a Diretoria da Instrução Pública, fecha a escola Moderna e o seu diretor, João Penteadó vai dirigir outra instituição, a Escola Nova que funciona

matriculando alunos para o curso comercial em regime de internato e externado com cursos, primário e médio. Em relação ao curso comercial, as disciplinas ministradas eram, português, inglês, francês, aritmética, álgebra, contabilidade, escrituração mercantil, noções de direito.

Esse novo modelo de escola apresenta-se afastado das idéias libertárias e o conteúdo programático, no nosso entendimento, estava compatível com as transformações que foram ocorrendo no país, principalmente nos anos vinte, cujo mercado de trabalho exigia um novo perfil profissional voltado para as áreas comerciais e administrativas.

Em decorrência das dificuldades financeiras para a manutenção das escolas e, como consequência da 1ª guerra mundial (1914 a 1918), as experiências de escolas com influência do movimento anarquista, foram desaparecendo.

CONSIDERAÇÕES

Ao concluir esse artigo, podemos perceber que ao avançar nas novas formas de organização, compatível com a conjuntura política, econômica e social do pós-abolição e advento da República, os trabalhadores baianos e brasileiros das mais diversas categorias, procuraram encontrar meios para ter acesso à educação. Se, no início da primeira República pleitearam do Estado e da iniciativa privada, a conquista e a efetivação desse direito, com o avanço do movimento operário assumem e realizam iniciativas de cunho educacional, gestadas dentro do processo de organização.

A partir da cronologia das organizações das entidades que representavam os trabalhadores, na época estudada, pôde-se perceber que o acesso à educação sempre foi uma reivindicação da classe, porém, pelas proposições apresentadas referente à educação e emancipação dos trabalhadores, a corrente anarquista, dentre as correntes socialistas e comunistas foi a que buscou efetivar, baseada nos princípios da escola racional, um modelo de educação que rompia com o vigente, tendo aqui no Brasil tido dificuldades para manter as suas escolas funcionando regularmente, por ir de encontro a toda ideologia das elites dominantes, baseada nos princípios liberais, positivas, com forte apoio da Igreja Católica

FONTES E REFERENCIAS

FONTES

ARQUIVO

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

DOCUMENTOS

Relatório do Centro Operário da Bahia, exercício 06 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903.

REFERENCIAS

CARONE, Edgar. **A República no Brasil: 1889 a 1930**. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia de Livros, 1973.

FERRER y Guardia. Francisco. **La Escuela Moderna**. In: www.antorcha.net/biblioteca_virtual/pedagogia/escuelamoderna/indice.html. Acesso em: 07 jun. 2010

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e Movimento Operário**. São Paulo: Editora Cortez, 1987

_____. Movimento Operário e a Educação Popular na Primeira República. **Cadernos de pesquisa On line**, São Paulo, ano 3, n. 57, maio 1986. p.30-38. Disponível em: < <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n57/n57a03.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2010.

LEAL, Maria das Graças Andrade. **Liceu Artes e Ofícios da Bahia 1872 – 1972: A arte de Ter um Ofício**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Federal da Bahia, 1995.

_____. **Manuel Querino**. Entre Letras e Lutas: 1851 – 1923. São Paulo: Annablume, 2009.

MENEZES, Jacy. A Inclusão Excludente: As Exclusões Assumidas. In: **Educação e os Afro-Brasileiros: Trajetórias, Identidades e Alternativas**. Salvador: Novo Toque; A Cor da Bahia, 1997.

_____. O Pós-Abolição Uma Lição de Liberdade. **Sementes**: Caderno de Pesquisa, Salvador, v. 2, n.3/4, p. 98-113, jan/dez. 2001.

_____. A República e a Educação: Analfabetismo e Exclusão. In: **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 12, n. 19, p. 19-40, jan./jul. 2003.

_____. As Duas Pedagogias: Formas de educação dos escravos: mecanismos de formação de hegemonia e contra-hegemonia. In: **Revista História, Sociedade e Educação no Brasil online**, Campinas, n. 28, dez. 2007. p.145-163.

_____. **Liberdade, Igualdade, Pluralismo e Cidadania**: O acesso à educação dos negros e mestiços na Bahia. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Humanidades, Universidade Católica de Córdoba, 1997.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; SANTOS FILHO, Juvino Alves dos. O Pós Abolição, Escolarização de negros e formação para o trabalho na Bahia, Brasil. CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CULTURA ESCOLAR, MIGRAÇÃO e CIDADANIA, 7, 2008, Porto, Portugal. **Anais eletrônicos...** Porto, Portugal. Junho, 2008.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O Ensino Libertário e a Relação Trabalho e Educação: algumas reflexões. Reunião anual da ANPED, 33, 2010. **Anais...** Caxambú, Minas Gerais, 2008.

NUNES, Antonieta de Aguiar. O Primeiro Governador da Bahia Republicana e seu projeto de reforma educacional. In: MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues da. (Org.). **Bahia Republicana Construindo a nossa história recente**. Coleção FCH, Coletânea n. 2, Salvador: Editora UCSAL, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima. Demandas Populares pela Educação na Primeira República: aspectos da Modernidade Brasileira. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, ano 6, nº12, p.63/70 dez/jan, 1992. Disponível www.seer.ufu.br/index.php/EducaçãoFilosofia/articviewFile/1136. Acesso em 10 de novembro, 2009.

VIANNA, Marli de Almeida Gomes. A Preocupação do Movimento Operário com a Educação. In: **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v.26 ,n.1, p.253 -257, jan/jun.2008. Disponível em www.perspectiva.ufsc.br Acesso em 28 maio 2009

Oliveira, Maristela Gomes. **O Movimento dos Trabalhadores e a Educação na Bahia**: Um Estudo sobre o Centro Operário da Bahia -1894 a 1920. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade Estadual da Bahia.

